



Paulo Morais Fala da corrupção e de como a AR é hoje um megacentro de negócios

“É preciso acabar com o regabofe”

MARTIM SILVA

A sensação de falar meia hora com o ex-número dois de Rui Rio e membro da Transparência e Integridade é como um murro no estômago. Diz que o nosso Estado e política estão minados por interesses económicos e empresariais. A organização a que pertence fez um documento a alertar a *troika* para os perigos de corrupção no cumprimento do memorando. Ao Expresso, Paulo Morais aponta nomes de políticos ligados a interesses económicos e diz que mudava de alto a baixo a legislação sobre a contratação com o Estado. É aí, afirma, que “está o ovo da serpente”.

Q Como é que surgiu a ideia de entregar um documento à *troika* alertando para os riscos de corrupção no cumprimento do plano?

A Tivemos uma reunião com a *troika*, eles manifestaram a sua preocupação nas questões relativas à corrupção e comprometemo-nos a fazer um documento que espelhasse as nossas preocupações e o que se deve fazer em cada um dos dossiês.

Q Porque é que entendem que o risco de corrupção é elevado?

A Nas questões que envolvem muito dinheiro, a tentação da corrupção está sempre presente. E os níveis de corrupção em Portugal têm vindo a crescer, como mostram os indicadores internacionais. Nos últimos dez anos desceram dez lugares no *ranking* da perceção que o mundo tem sobre a corrupção em Portugal.

Q Os mecanismos de combate e prevenção não melhoraram?

A Não, o país está claramente pior. Na Europa, só temos atrás de nós a Itália, Grécia e Malta.

Q A legislação portuguesa anticorrupção é má e funciona mal?

A Conhece alguém condenado por corrupção? Não há ninguém. É evidente que os mecanismos não funcionam. E, ao nível das causas, não tem sido feito trabalho nenhum nas áreas mais relevantes, como o ordenamento, o ambiente, o urbanismo e a Defesa. A legislação produzida sai dos grandes escritórios de advogados, com leis feitas para não se perceberem e muitas exceções para se favorecerem amigos. Ao mesmo tempo, confere-se enorme poder discricionário a quem aplica a lei. Os escritórios de advogados fazem disto um manancial: fazem a legislação, os pareceres a explicar a legislação e, pior, ainda vendem aos privados a forma de fugir à legislação que eles próprios produziram.



Q O novo Governo está a olhar para o assunto de outra forma?

A Tenho esperança que sim. Até aqui, os instrumentos que o Estado tem apresentado têm sido ineficazes e contraproducentes. A Assembleia da República (AR) fez uma comissão de combate à corrupção cheia de deputados com negócios. O seu presidente, Vera Jardim, era presidente de um banco. Dali não poderia sair nada de significativo. Este Governo comprometeu-se a criar uma agência de combate à corrupção.

Q E o Governo quer avançar com a criminalização do enriquecimento ilícito. Concorda?

A Sim, é uma boa medida.

Q Mas se o enriquecimento é ilícito já é crime, para que uma lei nova?

A A lei atual permite que uma pessoa tenha dinheiro e não consiga provar a sua proveniência. Agora, passa a ser o ator político a ter de explicar de onde lhe vem o dinheiro. Enriquecer sem justificação passa a ser ilícito. É preciso acabar com este regabofe, em que a política se transformou numa megacentral de negócios.

Q Porque é que falam dos políticos em geral e não apontam nomes? Quem são esses deputados e governantes?

A Tenho escrito nos últimos três anos e tenho dado um conjunto de nomes.

Quando falo da megacentral de negócios tenho citado nomes como a Mota-Engil, que no conselho de administração tem Jorge Coelho, Valente de Oliveira, Lobo Xavier, Rangel de Lima. Olhe-se para as empresas concessionárias das SCUT. Temos lá os deputados José Lello e Couto dos Santos... e podia estar a citar nomes a manhã toda. Os nomes todos não chegavam para um jornal, era preciso um livro.

Q Falam muito da necessidade de transparência. Que se pode fazer?

A A nossa organização, por exemplo, está a construir um portal que irá permitir o acesso a informação sobre a vi-

da patrimonial dos políticos, mas também sobre os contratos do Estado.

Q Fica-se com a ideia de que os concursos públicos são viciados, pelo que os senhores escrevem.

A E são. A contratação pública é muito pouco clara. Muitas vezes os regulamentos são tão impercetíveis que dificilmente podem ser escrutinados. Qualquer estratégia de combate à corrupção tem de obrigar a simplicidade e clareza nesta matéria. Há um caso muito sensível que é a Defesa: já há pessoas presas na Alemanha acusadas de subornarem portugueses e cá nem sequer sabemos quem são os portugueses.

Q Propõem a criação de um novo organismo de fiscalização das privatizações. Não temos organismos a mais?

A Há uma diferença. Falamos de um organismo que nasça e morra com essa privatização, não é definitivo. Aliás, temos muito esse problema em Portugal: criamos muitos organismos, mas depois nunca os extinguimos.

Q E vamos ter um conjunto grande de privatizações nos próximos tempos...

A Como as empresas vão ser vendidas baratas são mais apetecíveis e reforça-se a tentação da corrupção. É fundamental que se encontrem pessoas de fora da política e eventualmente de fora de Portugal para avaliar as empresas. E só aí se deve iniciar o processo de venda. E a escolha dos compradores tem de ser claríssima. Agora, nós temos que acontece o contrário. E privatizações mal conduzidas será entregar ao desbarato empresas de todos nós. Isto é particularmente perigoso num momento em que tantos políticos estão ligados a interesses económicos.

Q Se mandasse, qual era a primeira coisa que fazia em Portugal?

A Ao nível parlamentar, revogava toda a legislação que envolva negócios com o Estado. As leis são tão complexas que são o ovo da serpente. Criava um grupo de gente séria que limpasse a legislação de todos os fatores de discricionariiedade. Exemplo: um plano diretor municipal em Lisboa tem centenas de páginas, em Munique tem uma. Com legislação muito simples é muito mais difícil haver venda de favores. Agora, se o problema tem de ser resolvido no Parlamento e é aí que estão os escritórios de negócios...

Q Sente-se a pregar no deserto?

A Sinto-me triste com a situação. Os governos restauraram em democracia o condicionamento industrial do antigo regime. Voltámos a ter um Estado totalmente condicionado pelos negócios. Sinto-me um resistente, frustrado não.

msilva@expresso.impresa.pt

A FRASE

“AS LEIS SÃO TÃO COMPLEXAS QUE SÃO O OVO DA SERPENTE. EU REVOGAVA TODA A LEGISLAÇÃO QUE ENVOLVA NEGÓCIOS COM O ESTADO”